

FEMINISMO, RELAÇÕES DE GÊNERO, ÉTNICO-RACIAIS E GERACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

ENTREVISTA ESPECIAL COM LOURDES MARIA BANDEIRA

Entrevistadora: Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha¹

Realizada por e-mail em abril de 2010.

Qual questão destacar, ao elaborar o roteiro de entrevista deste número da revista do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFMA, cujo tema é “Políticas Públicas: gênero, etnia e geração”? Como escolher quem entrevistar a partir dos critérios apresentados pelo Conselho Editorial da Revista? Foram as dúvidas iniciais após o honroso convite para assumir tão gratificante tarefa.

Mas confesso que não foi muito difícil escolher. Na decisão, bem como na revisão das perguntas da entrevista, contei com a colaboração do grupo de pesquisa que participo: o Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos. (GERAMUS).

Neste ano do centenário da instituição do Dia Internacional da Mulher, realizar a entrevista com a Professora Doutora Lourdes Maria Bandeira, tendo como eixos centrais da discussão a intercessão gênero, etnia e geração com o feminismo e as políticas públicas para as mulheres, é uma forma de reavivar o espírito que moveu as militantes socialistas alemãs que o criaram: a luta pela igualdade entre mulheres e homens e o fim da dominação, exploração e opressão.

Essa opção e homenagem à luta das mulheres expressa um posicionamento teórico-político pelo feminismo socialista², enunciado desde a formulação do título da entrevista. Concomitantemente, visa oportunizar às leitoras e aos leitores deste periódico, o contato com uma das mais produtivas intelectuais brasileiras nos temas conflito, violência, gênero, mulher, cidadania, relações de gênero e feminismo, com várias pesquisas realizadas e em andamento, participação em eventos científicos, publicações.

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS (1973), mestra em Sociologia pela Universidade de Brasília(UnB) (1978), doutorada em Antropologia na Université de Paris V - René Descartes (1984) e com Pós-Doutorado na área de Sociologia do Conflito, na École des Hautes Études en Sciences Sociales-EHESS, Lourdes Bandeira aborda nesta entrevista temas polêmicos, tanto do ponto de vista teórico, quanto do ponto de vista político, em especial ao tratar do feminismo. Compartilha seus

posicionamentos e avaliações a respeito da produção do conhecimento sobre relações de gênero, étnico-raciais e geracionais e feminismo na Universidade brasileira, bem como sobre a implementação de políticas para as mulheres no país.

São abordadas, ainda, as trajetórias acadêmica, docente e profissional da entrevistada. Atualmente, é Professora Titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), onde trabalha desde 1991. Tem se destacado pela sua inserção na graduação e pós-graduação, pelas várias atividades desenvolvidas de ensino e pesquisa, pelo exercício de cargos de direção e como membro de colegiados e conselhos. Vale ressaltar, no exercício da docência, a contribuição de Lourdes Bandeira para a formação de novas pesquisadoras, professoras e profissionais nas temáticas aqui mencionadas. Atualmente exerce, também, o cargo de Sub-Secretária de Planejamento e Gestão Interna da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

Com a palavra, Lourdes Bandeira.

Entrevistadora - Sua história de vida e militância, o seu brilhante currículo, sua extensa produção bibliográfica demonstram sua vinculação com o feminismo. Na sua concepção, o que é feminismo? “Tornar-se feminista” foi uma opção? Quando e por quê?

Lourdes - Tornar-me feminista foi menos uma escolha pessoal e mais um engajamento político. Era estudante de mestrado, e para mim, ingressar no feminismo significou entrar na luta contra a condição de dominação histórica das mulheres, enquanto sujeitos coletivos, como na condição individual de ser um sujeito feminino. Iniciei minha militância em meados da década de 1970, quando se vivia em um contexto político de forte repressão por parte do regime militar. Inicialmente, me engajei no movimento em prol dos Direitos Humanos. Esta experiência foi mais intensa no período em que trabalhava na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa.

Incorporar o pensamento feminista articulado à militância política foi sem dúvida, para mim, um compromisso para contribuir com as mudanças sociais e políticas que se faziam necessárias, em vários campos; seja nas atividades acadêmicas, com a criação da área de estudos sobre feminismo e mulheres, e mais tarde em gênero, seja atuando na militância, engajada no movimento social.

Nos anos setenta, vivemos um momento bastante paradoxal: enquanto que o mundo abria-se com a explosão de todos os movimentos da contracultura e de outras expressões de vanguarda, em prol da ecologia, do reconhecimento das diversidades, no Brasil, vivia-se um cotidiano demarcado pela opressão do regime militar. A repressão e o controle contra qualquer movimento social, e, sobretudo,

quando era identificado com feminismo, foram penosas, discriminações violentas contra muitas mulheres e tudo era feito em nome da “segurança nacional”.

Lutamos muito para quebrar a ideia-imagem vigente de que – *o destino da mulher é a família, a casa e, no máximo, além da costura, ser professora primária*. Atividades estas designadas como *boas, mais adequadas para as mulheres*. Evidentemente que, baseadas em uma forte moral cristã e hegemonicamente masculinista. Conseguiu-se, em boa medida, quebrar com a tradicional divisão sexual do trabalho. Começamos a participar das greves, ao combate da violência contra a mulher, ingressando nas universidades, em campanhas em prol dos direitos das mulheres e assumimos, definitivamente, que - *nosso corpo nos pertence*.

Assim, incorporando o pensamento feminista, este me possibilitou observar as relações sociais entre homens e mulheres, por um olhar mais crítico, eivado pelas relações de poder. Tornar-me feminista constituiu-se em um ato para adquirir ferramentas críticas de autorreflexão e de fonte de inspiração no re-dicionamento de minha vida pessoal e profissional.

Portanto, entendemos o feminismo como um pensamento crítico crucial para a transformação social. É também uma postura política contrária à cultura machista que nos legaram como herança histórica nossos colonizadores. Ao mesmo tempo, possibilita entender que a mulher ainda é colocada em posição inferior em muitas esferas sociais, seja no âmbito do lar, seja no âmbito do mercado de trabalho, nas esferas de poder e de decisão, seja nos olhares que recebem na rua, assim como denunciar que a subjugação feminina ainda é fardo para muitas mulheres.

Entrevistadora - Em 2010 completaram 100 anos da criação do Dia Internacional da Mulher, que apesar dos desvios, reconhecidamente, permanece um dia de lutas e reivindicações. No ano de 2009, comemorou-se 60 anos do lançamento do livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, um clássico da literatura mundial sobre mulheres, e 40 anos do lançamento, no Brasil, de outro clássico da literatura feminista (embora a autora não o considere feminista³): “As Mulheres na Sociedade de Classes: mito e realidade”, da professora Heleieth Saffioti, continuam sendo referência para pesquisadoras(es), estudantes, militantes, docentes.

Lourdes - Simone de Beauvoir escreveu em 1949: *Toda a história das Mulheres foi escrita pelos homens*. E como acrescenta: *está sob suspeição*. A obra da autora representou o “movimento de liberação das mulheres”, desenvolvido na França nos anos 1970.

Em uma entrevista dada por Simone de Beauvoir para o jornalista John Gerassi, ainda em 1976,

quando seu livro - “O Segundo Sexo” completava 25 anos, a autora deu uma definição de feminismo, que a meu ver continua bastante atual e que revela a importância e a atualidade de sua obra.

Uma feminista, quer ela se autodenomine esquerdista ou não, é uma esquerdista por definição. Ela está lutando por uma igualdade plena, pelo direito de ser tão importante, tão relevante, quanto qualquer homem. Por isso, incorporada em sua revolta pela igualdade de gêneros está a reivindicação pela igualdade de classes....a luta de sexos inclui a luta de classes, mas a luta de classes não inclui a luta de sexos. As feministas são, portanto, esquerdistas genuínas. De fato, elas estão à esquerda do que nós chamamos tradicionalmente de esquerda política.

Por sua vez, a Profa. Heleieth Saffioti, embora concordando com o pensamento ou teoria marxista, cerne de sua obra, segundo a qual na origem da opressão das mulheres se encontram, sobretudo, fatores econômicos, penso que, mesmo que em tese fosse possível abolir o sistema capitalista, isso por si só não garantiria erradicar a opressão sobre as mulheres. Penso que nada assegura que o “desaparecimento” do sistema capitalista restaure a igualdade entre homens e mulheres, porque a opressão sobre as mulheres é uma questão da sua condição de ser mulher e não da sua condição de ser classe trabalhadora. As mulheres não são oprimidas porque são trabalhadoras, mas porque são mulheres e, pelo menos em hipótese, a luta feminista é na direção de tentar resolver esta questão - e de certa forma, há indícios de que está se avançando em relação à situação de opressão das mulheres, mesmo que isto acabe por ocorrer dentro das estruturas capitalistas.

Entrevistadora - Esses fatos podem ser considerados exemplos de vitalidade do feminismo no século XXI? Quais os desafios atuais para o feminismo no Brasil e no mundo?

Lourdes - O feminismo, no Brasil, teve e continua tendo características inovadoras e tem muito ainda a contribuir em um futuro próximo. O pensamento feminista possibilita, por um lado combater todas as formas de discriminações, subordinações e dominações em relação às mulheres; por outro, permite a criação de estratégias e mecanismos para que as próprias mulheres se tornem protagonistas de suas vidas e de suas histórias na esfera pessoal e no plano político. Mas, há ainda muitos desafios a vencer, como por exemplo, a luta pelo acesso das mulheres aos postos de poder e de decisão, a igualdade no mundo do trabalho, entre outros. É preciso que as mulheres possam ingressar nos partidos políticos de forma mais equitativa, assim

como que seja aprovada a Lei de Igualdade no trabalho.

Entrevistadora - O avanço dos movimentos de mulheres e feministas nos 1980 explicitou as diferenças entre nós, mostrando, como afirma Lauretis (1994), que “o sujeito é múltiplo e contraditório, porque é constituído em gênero e classe social”. E acrescento, em raça/etnia, além, de geração.

Lourdes - Sem dúvida, as mulheres brasileiras, assim como as demais, constituem um coletivo muito diverso e heterogêneo, que se ao mesmo tempo demandam políticas públicas universais, relativas ao acesso à saúde, educação, justiça, trabalho, entre outras esferas; há também que se considerarem as especificidades de cada segmento feminino, como por exemplo, para as mulheres negras, portadoras deficientes, idosas. Políticas universais e políticas específicas ou setoriais não são contraditórias como muitos assim as definem; ao contrário, interagem e se complementam.

Entrevistadora - Os grupos de pesquisa que você participou e participa, assim como, os diversos projetos de pesquisa realizados e em andamento têm contribuído para o aprofundamento teórico sobre as relações de gênero, étnico-raciais e geracionais e para o desvelamento dos graves problemas que as envolvem, como são exemplos: violência contra a mulher, violência nas instituições policiais e jurídicas, relações de gênero e interétnicos na adolescência e juventude, gravidez na adolescência, sexualidade e saúde reprodutiva, incesto, estupro, entre outros.

No âmbito da pesquisa:

Lourdes - O crescimento da violência no Brasil se atribui, com muita frequência, às desigualdades sociais e aos diversos estados de carência, sendo a pobreza o fator mais compreensivo. A explicação da carência implica que a posse de coisas/bens materiais seja fonte de conflitos. Sem prejudicar a ideia de que carências dos mais diversos tipos possam gerar conflitos, que se desdobram em violência, é importante levar em consideração que as coisas/objetos materiais não são motivos de conflito por si mesmos, mas pelos significados que têm para a construção da identidade individual e coletiva. Pode acontecer que, em uma mesma família, apenas um dos filhos enverede para o crime, enquanto os demais enfrentam até três conduções diárias para chegar ao trabalho na hora certa. Nos últimos cinco anos tenho me dedicado à pesquisa, na temática da violência de gênero e institucional, mais precisamente à questão relativa à esfera do cuidado, sobretudo, exercício (ou exercido?) pelas mulheres. Concentrei as pesquisas em duas instituições: 1) no sistema prisional feminino e masculino, e neles foi pesquisado o trabalho realizado pelos/as agentes penitenciários/as, no

Distrito Federal e em Goiás, seja da perspectiva institucional –dos/as agentes, seja da perspectiva de quem recebe, isto é de quem é objeto deste cuidado; 2) nas instituições de abrigadouro de idosos/as, privadas e públicas, na busca de conhecer as experiências e as atividades desenvolvidas pelas/os cuidadoras/es, também no Distrito Federal e em Goiás. Estas pesquisas, evidentemente, priorizam o recorte de gênero, raça e geracional. Mas, não trabalho com a temática da adolescência e juventude, gravidez na adolescência, sexualidade e saúde reprodutiva e o incesto. No campo dos estudos da violência de gênero, tenho orientado dissertações e teses que tratam não apenas do estupro, mas da complexa esfera relativa à violência contra a mulher, sobretudo do “trato” jurídico dado às situações de violência.

Entrevistadora - Como você avalia a produção do conhecimento sobre relações de gênero, étnico-raciais e geracionais e feminismo na Universidade brasileira? Quais os principais limites e avanços nos últimos anos?

Lourdes - Nas universidades públicas brasileiras, em sua maioria, existem Núcleos ou Centros de Estudos e/ou de pesquisa sobre mulheres e em Gênero. À semelhança da Universidade de Brasília, na qual sou professora, estes se constituem como centros irradiadores da reflexão e como *locus* das pesquisas e das publicações. Também acabam por influenciar os departamentos e programas de pós-graduação, na abertura de áreas temáticas relativas ao ensino destes temas. Os limites são dados ainda pela desconfiança do meio científico com o pensamento feminista que é interpretado como discurso puramente ideológico e que expressa apenas a militância das/os pesquisadoras/es.

Entrevistadora - Que balanço você faz de sua produção e de seu percurso teórico-metodológico, desde sua graduação em Ciências Sociais à sua atual maturidade de pesquisadora e professora, com pós-doutoramento, bolsista de produtividade do CNPQ?

Lourdes - Este balanço é longo e está registrado no Memorial que apresentei no concurso para professora titular, realizado em 2005, na UnB. Posso resumir, afirmando que tenho uma vida acadêmica intensa de estudo e de produção, além de mais de cinquenta orientações que já realizei, envolvendo o campo das relações de gênero e do pensamento feminista, passando por áreas como violência contra a mulher, relações de trabalho, sobre o corpo e sexualidades. Sem modéstia, posso afirmar que fui uma das acadêmicas brasileiras que teve (que teve ou que deu?) uma contribuição significativa para a formação de uma geração de pesquisadoras e acadêmicas que trabalham com este campo de pesquisa, de ensino e de políticas públicas.

Entrevistadora - No Brasil, na década de 1980 do século passado, começam a ser implementadas políticas públicas nas esferas do Executivo municipal, estadual e federal, em resposta às demandas dos movimentos de mulheres e feministas, objetivando o enfrentamento da violência contra a mulher, o combate das desigualdades de gênero, e a garantia dos direitos e o respeito à cidadania feminina. Atualmente, além dos Conselhos de Direitos; das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, existem vários organismos executivos de políticas para as mulheres (secretarias, coordenadorias, assessorias, etc.) municipais e estaduais e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com status de Ministério; foram realizadas duas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, precedidas de conferências estaduais e municipais; tem-se o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, dentre outras conquistas. Mas permanecem os altos índices de violência de gênero, de mortalidade materna, de desigualdade salarial entre homens e mulheres; a baixa participação das mulheres nos cargos de poder e decisão e outros problemas.

Lourdes - Em 2003, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão vinculado diretamente à Presidência da República, que tem como principal finalidade assegurar que a perspectiva de gênero esteja presente transversalmente nos setores que atuam no interesse da construção da democracia e do desenvolvimento social, não tendo papel de um órgão executor, mas sim, caracteriza-se por ser um organismo articulador, impulsionador e coordenador das iniciativas voltadas para as mulheres, em desenvolvimento nos ministérios setoriais. Cabe à secretaria, entre outras funções, elaborar o planejamento na área das relações de gênero que contribua para a ação do governo federal e demais esferas de governo.

É fato, porém, que a diversidade que caracteriza as mulheres brasileiras demanda intervenções que considerem as especificidades e necessidades de cada grupo social. A intersecção de características como sexo, raça, etnia, região de origem, orientação sexual, entre outras, contribui para criar situações de maior ou menor vulnerabilidade no acesso aos serviços ofertados pelo Estado e no usufruto dos direitos constitucionalmente assegurados. A implementação de ações afirmativas, orientadas especificamente para um grupo populacional em situação de desvantagem social, contribui, também, para reduzir tais situações e garantir que a política social seja, de fato, uma política universal em benefício de todos e todas. Embora seja importante destacar a diversidade étnico-racial, geracional e regional presentes entre as mulheres brasileiras e os impactos que produz em termos de uma dupla discriminação enfrentada, especialmente pelas mulheres negras.

Portanto, reconhece-se que a força da discriminação no Brasil seja ela de gênero ou de raça, entre outras, é um dos principais fatores produtores de desigualdades, tanto entre mulheres e homens, quanto entre as próprias mulheres. O compromisso do governo federal com esta questão é reafirmado pelo II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em 2008, que toma como referência definitiva para o desenvolvimento de políticas públicas o tratamento das dimensões de gênero, raça e etnia de maneira complementar, valendo-se dos conceitos de interseccionalidade e da transversalidade.

Entrevistadora - Pode-se considerar que o poder público tem atendido às demandas dos movimentos de mulheres e feministas no que se refere às políticas para as mulheres? Que avaliação, sob a perspectiva de gênero, você faz, da implementação dessas políticas?

Lourdes - As políticas de promoção da igualdade de gênero implementadas pela SPM, interagem com a maioria das políticas de governo que tenham impacto na diminuição das desigualdades sociais e no fortalecimento da cidadania feminina, tal qual se expressa no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres/PNPM, resultado da mobilização de milhares de mulheres no Brasil. Vale lembrar que o II Plano apresenta os seguintes Eixos:

Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica; saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; participação política das mulheres e igualdade em todos os espaços de poder; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; direito das mulheres à terra e moradia digna, bem como serviços com cidadania, garantindo a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais, considerando as etnias e comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas, não-discriminatórias, não-sexistas, antirracista, não-lesbofóbicas e não-homofóbicas; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres jovens e idosas em suas especificidades e diversidades. Cada um destes Eixos é composto por metas quantificáveis e um plano de ação com responsabilidades e prazos definidos. Cerca de 20 Ministérios e Secretarias Especiais executam o PNPM, reforçando, assim, o princípio da gestão transversal e interinstitucional.

Essa é a marca da SPM. Sem dúvida que a tarefa da Secretaria é árdua quando se trata de alterar valores, imperativos, crenças e estruturas de poder

que determinam papéis de homens e de mulheres, mas sua ação é comprometida com esta missão e é isso que justifica minha presença na SPM.

Entrevistadora - Atualmente, você é Secretária de Planejamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Conte sobre essa experiência e a trajetória da Secretaria.

Lourdes - Partindo do pressuposto de que as relações desiguais de gênero, isto é, as relações de poder existentes entre homens e mulheres se constituem em um aspecto de fundamental importância a ser considerado, tanto da vulnerabilidade individual quanto da social das mulheres, em nossa sociedade, há diferenças e dessimetrias entre os papéis sociais desempenhados por homens e por mulheres, no acesso aos recursos produtivos e autonomia para tomar decisões. Historicamente, essas diferenças se expressam de forma desfavorável às mulheres, transformando-se em desigualdades que as prejudicam fortemente, por exemplo, no acesso ao emprego, à educação, à moradia e à renda. Essas desigualdades também delineiam diferentes formas e níveis de discriminação quanto ao exercício da sexualidade feminina.

Assim, na SPM, o trabalho é direcionado com vistas a implementar e garantir que os interesses das mulheres possam ser atendidos por meio de políticas públicas voltadas para esta população. Nesta direção, é preciso atuar em parceria com outras instâncias governamentais, assim como trabalhar no sentido de modificar as formas de funcionamento das instituições responsáveis pela formulação, execução e monitoramento das políticas.

Ainda, percebe-se que o Estado brasileiro como um todo e em cada uma de suas instâncias e diferentes poderes (legislativo, judiciário e executivo) necessita de alterações profundas para superar os mecanismos discriminatórios ainda em curso e que têm resultado no privilégio de determinados grupos, tanto nas posições de gestão quanto nas ações e políticas desenvolvidas. Trabalhar nestes re-dicionamentos tem feito parte de nossas atividades, juntamente com as demais colegas da SPM, objetivando a implementação de políticas, assim como de medidas ao enfrentamento do sexismo e do racismo institucionalizados, como também na inclusão de ações que permitam o monitoramento das políticas públicas direcionadas às mulheres, cuja dotação orçamentária e a produção de indicadores fazem parte deste processo.

Enfim este é o meu compromisso como feminista e acadêmica e neste momento, como gestora pública.

REFERÊNCIAS

SAFFIOTI, H. I. B. Feminismos e seus efeitos no Brasil. In: SADER, E. (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p.105-158

TOSCANO, M; GOLDENBERG, M. **A revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

NOTAS

- 1 Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2005). Primeira Secretária da Secretaria de Estado da Mulher do Maranhão no período de janeiro de 2007 a abril de 2009. Professora adjunta da Universidade Federal do Maranhão. Coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos (GERAMUS)
- 2 O feminismo socialista tem se destacado no movimento feminista atual pelo esforço em construir uma teoria de gênero, que procura tratar de forma articulada as questões pertinentes às relações de gênero, às relações entre as classes sociais e entre as raças/etnias, tendo como horizonte a abolição do patriarcado, do capitalismo e do racismo (SAFFIOTI, 1987).
- 3 “HELEIETH: No meu primeiro livro, eu digo que ele não é um livro feminista, que é um livro que serve tanto para homens como para mulheres.” (TOSCANO ; GOLDENBERG, 1992, p.49).